Opinião Econômica

Solange Srour

Diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management

banrisul

O adulto na sala precisa ser o presidente

Lula terá de usar seu capital político para aprovar reformas e assumir custo de escolhas

Encerrada a eleição, a questão central será saber se o novo presidente entenderá a urgência de fazer as escolhas necessárias para recolocar os fundamentos da economia nos eixos. Isso significa restaurar a consistência do tripé macroeconômico (responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante) que deu estabilidade ao País.

Atualmente, seu pilar mais frágil é o fiscal, e a ausência de uma solução para esse desequilíbrio levará o Brasil a uma crise. Reverter esse quadro exigirá uma postura inequívoca do presidente, coragem para contrariar o que disse e fez durante a campanha e disposição para assumir a autoria e o custo político das decisões.

Ainda que tenhamos um ministro da Fazenda com discurso de ajuste, um Banco Central independente e uma equipe competente para dialogar com o Congresso, nada disso será suficiente se o chefe do Executivo não sustentar as medidas, arbitrar conflitos e enfrentar os desafios de uma sociedade extremamente dividida. Sem respaldo do Planalto, a credibilidade da equipe se desfaz diante da primeira dificuldade.

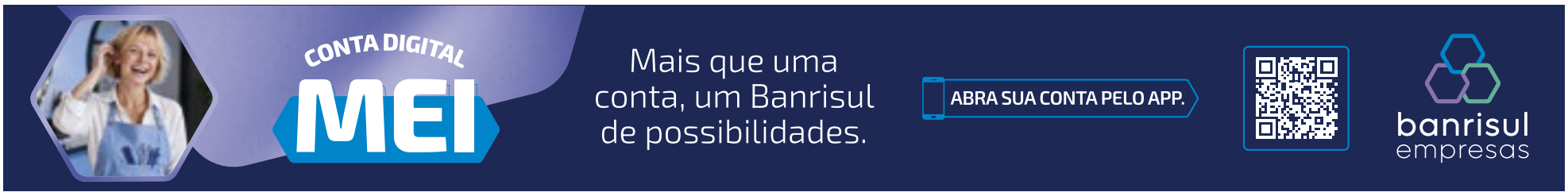
O gasto primário federal passou de 17,8% do PIB em 2021-22 para 19,6% em 2023 e permaneceu alto. O desequilíbrio concentra-se nas despesas obrigatórias, cuja expansão restringe o espaço para outras prioridades e fragiliza os fundamentos macroeconômicos. A dívida bruta subiu de 72% do PIB, no fim de 2022, para quase 83%, em 2026. Com o crescimento e os juros atuais, estabilizá-la exigiria um ajuste próximo de 4% do PIB, algo inviável a curto prazo. Para reduzir o prêmio de risco, será necessário um choque de confiança, com reformas que gerem economias permanentes. As medidas aprovadas recentemente vão na direção contrária: em vez de enfrentar o desequilíbrio, tornam sua correção mais difícil.

Tampouco cabe transferir ao BC o papel de adulto. Sua independência protege a política monetária, mas não cria espaço fiscal. Juros internacionais elevados encarecem o financiamento e reduzem a margem para erros domésticos. Sem reformas, os juros longos e o custo de rolagem sobem, dificultando cortes da Selic. Política monetária responsável não substitui política fiscal responsável.

Um ajuste crível deve desacelerar permanentemente o crescimento da despesa, não se limitar a contingenciamentos nem depender de novos aumentos de receita. Isso exige rever indexações e vinculações, recalibrar os benefícios sociais e reavaliar subsídios e benefícios tributários. Será preciso avançar em uma nova reforma da Previdência, revendo subsídios do MEI. A ampliação do acesso ao regime, sem reduzir a distância entre contribuições e benefícios, aumenta a pressão sobre o sistema previdenciário, já bastante afetado pela regra de reajuste do salário-mínimo e pela baixa idade mínima de aposentadoria.

Há ainda um desafio inseparável da economia a enfrentar: a perda de confiança nas instituições. A insegurança jurídica inibe investimentos, eleva custos e compromete a previsibilidade. A reforma do Judiciário é tão urgente quanto a fiscal e deve ampliar a transparência, a eficiência e a segurança jurídica, respeitando a separação dos Poderes.

Bons nomes e discursos de responsabilidade não bastam. O presidente terá de usar seu capital político para aprovar reformas e assumir o custo das escolhas. Se continuarmos apostando em mais do mesmo, a crise estará contratada. Cabe a ele conduzir a mudança antes que a crise imponha um ajuste mais duro e desordenado. Liderar não se terceiriza. O adulto na sala precisa ser o presidente.



Inadimplência das famílias com bancos volta a ser recorde em setembro

/ CONJUNTURA

A inadimplência das famílias no crédito livre, que tem condições livres pactuadas entre bancos e clientes, voltou a bater recorde em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central nesta quinta-feira, totalizando a maior marca da série histórica novamente. O índice chegou a 8,1% para as pessoas físicas, alta de 0,1 ponto percentual em relação a agosto, quando o indicador também foi o maior da série histórica. Já considerando as empresas, a inadimplência nos recursos livres permaneceu em 6,6%. Esse índice mede a dívida em atraso com mais de 90 dias.

Ao mesmo tempo, o nível de endividamento das famílias em relação à renda também atingiu nível recorde, 50,1% em agosto, alta de 0,2 ponto percentual em relação a setembro. O endividamento foi tema da campanha eleitoral, vencida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no último domingo (25). O governo estrutura um novo Desenrola, no qual a União comprará a dívida antiga das famílias com os bancos. É estimado que R$ 90 bilhões entrem em negociações. Os dados do Banco Central indicam que as taxas de juros voltaram a crescer em setembro, pelo segundo mês consecutivo, após um trimestre de redução. Em agosto, o juro médio cobrado pelas instituições financeiras tanto de pessoas físicas quanto de empresas foi de 32,4% ao ano, alta de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior.

"Não é possível dizer se é uma nova tendência de aumento de taxas ou algo pontual, de ajuste, no nível médio", afirmou o chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, na apresentação dos dados. Embora a inadimplência tenha se elevado na média, houve uma queda de 0,5 ponto percentual no rotativo do cartão de crédito. Por outro lado, a tendência de alta continua no crédito consignado, tanto para aposentados e pensionistas quanto no consignado privado total, que foi turbinado pelo governo Lula 3. Também houve alta de 0,5 ponto percentual nas dívidas do cheque especial.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Índice atingiu 8,1% para pessoas físicas, e 6,6% para as empresas

Já no crédito direcionado, cujas taxas cobradas têm regras definidas pelo governo, a inadimplência recuou 0,2 ponto percentual para as pessoas físicas. Essa modalidade inclui o financiamento imobiliário, o microcrédito, crédito rural e financiamentos via BNDES. Nas concessões de crédito, houve um salto em relação aos aposentados e pensionistas. A concessão teve um salto de R$ 4,7 bilhões em agosto para R$ 8,7 bilhões em setembro. Já no consignado do setor privado, a concessão de crédito recuou 7,7% em setembro.

Consumo nos lares brasileiros recua 1,46%

O consumo nos lares brasileiros recuou 1,46% em setembro na comparação com agosto, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Apesar da queda mensal, o indicador ainda mostrou alta de 0,59% ante setembro de 2025. No acumulado de janeiro a setembro, o avanço é de 2,70%.

Depois das altas de 3,01% em julho e de 2,21% em agosto, o resultado de setembro foi apresentado pela entidade como um movimento de acomodação.

"A retração de setembro não é um movimento isolado deste ano, embora tenha sido mais intensa do que a observada nos dois anos anteriores", afirmou o vice-presidente da Abras, Márcio Milan. Em setembro de 2024, o consumo havia caído 1,30% ante agosto, enquanto, em igual intervalo de 2025, o recuo foi de 0,94%.